

SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2025.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Notas Explicativas	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.725	8.926	Fornecedores	12	3.107	3.799
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	4.548	5.786	Debêntures	13	17.260	17.075
Impostos a recuperar		755	578	Impostos e contribuições a recolher	15	1.281	2.396
Adiantamentos a fornecedores	8	675	341	Encargos setoriais		377	219
Partes relacionadas	12	313	-	Adiantamento de clientes		276	674
Despesas pagas antecipadamente		14	346	Dividendos		1.512	3.896
Outros créditos a receber		7	-	Obrigações trabalhistas		635	488
Total do ativo circulante		<u>8.037</u>	<u>15.977</u>	Partes Relacionadas	14	1.052	-
				Outros passivos circulantes		47	-
				Total do passivo circulante		<u>25.547</u>	<u>28.547</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento a fornecedores	8	-	6.937	Debêntures	13	252.170	251.563
Aplicação financeira - Conta Reserva Debentures		26.464	25.499	Total do passivo não circulante		<u>252.170</u>	<u>251.563</u>
Depósitos e cauções	9	8.293	4.286				
Imobilizado	10	419.594	434.956	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Intangível	11	5.891	6.145	Capital social		81.908	81.908
Intangível não vinculado à concessão		360	-	Reserva legal		1.140	822
Total do ativo não circulante		<u>460.602</u>	<u>477.823</u>	Reserva especial de dividendos		-	9
				Reservas de lucros		11.690	13.091
				Proventos excedentes da contabilidade societária		96.184	117.860
				Total do patrimônio líquido		<u>190.922</u>	<u>213.690</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>468.639</u></u>	<u><u>493.800</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>468.639</u></u>	<u><u>493.800</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	2024	2023
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		47.342	40.634
Disponibilização do sistema de transmissão		47.342	40.634
TRIBUTOS		(1.728)	(1.483)
PIS		(308)	(367)
COFINS		(1.420)	(1.116)
ENCARGOS		(743)	(527)
Reserva Global de Reversão – RGR			
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(279)	(109)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(463)	(418)
RECEITA LÍQUIDA	18	44.871	38.623
CUSTOS E DESPESAS		(34.003)	(20.810)
Pessoal		(2.960)	(2.410)
Material		-	(3.950)
Serviços de terceiros		(7.191)	(4.558)
Depreciação e amortização		(15.829)	(15.940)
Seguros		(375)	(388)
Arrendamento e aluguéis		(315)	(176)
Tributos		(6)	(307)
Outras receitas (despesas) operacionais		454	7.057
Gastos diversos		(7.781)	(138)
RESULTADO DA ATIVIDADE		10.869	17.814
RESULTADO FINANCEIRO		(23.127)	(24.334)
Receitas financeiras		3.618	3.141
Despesas financeiras		(26.745)	(27.475)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(12.259)	(6.520)
DESPESA COM IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(3.051)	(4.714)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.051)	(4.714)
Prejuízo do exercício		(15.309)	(11.235)
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		(0,19)	(0,14)
		<u>81.908</u>	<u>81.908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15.309)	(11.235)
TOTAL RESULTADOS ABRANGENTES	<u>(15.309)</u>	<u>(11.235)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Reservas de lucros						Total	
		Capital social	Legal	Reserva de lucros	Reserva especial de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados		Proventos excedentes da contabilidade societária
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		253.398	2	-	9	-	(171.490)	145.499	81.919
Redução de capital		(171.490)	-	-	-	-	171.490	-	-
Outros		-	-	1.403	-	-	-	-	1.403
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(11.235)	-	(11.235)
Constituição de reserva legal		-	820	-	-	-	(820)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.896)	-	(3.896)
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	11.688	-	-	(11.688)	-	-
Transferência para reservas lucros		-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	27.639	(27.639)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		81.908	822	13.091	9	-	-	117.860	213.690
Outros ajustes		-	-	157	-	-	-	-	157
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(15.309)	-	(15.309)
Constituição da reserva legal		-	318	-	-	-	(318)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.512)	-	(1.512)
Realização da reserva de lucros		-	-	(6.095)	(9)	6.104	-	-	-
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(6.104)	-	-	(6.104)
Constituição de reserva de lucros		-	-	4.537	-	-	(4.537)	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	21.676	(21.676)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		81.908	1.140	11.690	-	-	(0)	96.184	190.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(15.309)	(11.235)
Ajuste para:		
Amortização e Depreciação	15.673	15.941
Juros sobre debêntures	26.341	26.515
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	3.051	4.714
Outros	-	1.403
	<u>29.756</u>	<u>37.338</u>
Variações em:		
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.238	(1.706)
Impostos e contribuições a recuperar	(177)	(389)
Adiantamento a fornecedores	6.603	212
Depósitos judiciais	(4.007)	(4.286)
Outros créditos a receber	7	2.717
Fornecedores	(692)	(2.585)
Parte Relacionadas	739	-
Obrigações trabalhistas	147	458
Adiantamento de Clientes	(398)	-
Impostos e contribuições a recolher	(928)	1.359
Encargos setoriais	158	-
Outras contas a pagar	160	706
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	2.850	(3.514)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.238)	(4.714)
Juros pagos de debêntures	(13.979)	(14.077)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>15.389</u>	<u>15.032</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação financeira	(965)	3
Aquisição Imobilizado	(56)	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(1.021)</u>	<u>3</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(11.570)	(11.079)
Pagamento de dividendos	(10.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(21.570)</u>	<u>(11.079)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(7.201)</u>	<u>3.956</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.926	4.970
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.725	8.926
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(7.201)</u>	<u>3.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. ("Linha Verde II" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de janeiro de 2018, é controlada pela Verene Energia S.A. Possui como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, que consiste em:

Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 189 km, com origem na Subestação Presidente Juscelino e término na Subestação Itabira 5, além de reatores e conexões, entradas de linha e interligações de barramentos.

A companhia iniciou suas operações em agosto de 2022.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP 24/25</u>	<u>Índice de Correção</u>
08/2018	30	08.03.2048	46.103	IPCA

A Companhia receberá, pela prestação do serviço público de transmissão, a RAP, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, atualizada no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$46.103, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

A Receita Anual Permitida ("RAP") garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

A primeira revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido no ano de 2023, porém na Resolução Homologatória 3.216/23, que estabeleceu a RAP para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, a revisão tarifária não foi considerada.

Em dezembro/2023, a ANEEL publicou o DSP nº 4.675/2023, retificando as RAPs homologadas para o ciclo 2023/2024. Assim, a RAP para o ciclo 23-24, após recurso, deveria ser R\$44.361, com uma redução de 2,24%. Essa diferença a maior recebida no ciclo 23-24 gerou uma diferença negativa, classificada como Parcela de Ajuste, no ciclo 24-25. A próxima revisão tarifária deverá ocorrer em 2028.

1.1. Concessão

Localizada no estado de Minas Gerais, composta pela linha de transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5 C2 com extensão de 153km, a concessão foi outorgada no leilão nº 02/2017, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), processo nº 48500.002436/2017-85 e possui prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 08 de março de 2048, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1647/2022, com validade até 06/06/2032.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada em 30 de abril de 2025 pela Diretoria.

1.2. O Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas- partes da potência da usina.

1.3. Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$17.510 (R\$12.570 em 2023). O capital circulante líquido é decorrente de um passivo circulante que inclui debêntures a serem liquidados nos próximos 12 meses, além de dividendos a pagar ao acionista enquanto o ativo circulante contempla apenas a parcela a receber de RAP. A Companhia não identificou outros indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE exige tratamentos e divulgações alternativos para certas práticas contábeis e de divulgação das demonstrações contábeis regulatórias. As diferenças entre as práticas contábeis regulatórias e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão demonstradas na nota explicativa nº 25.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias. Periodicamente, a Companhia revisa sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

2.4. Informações por Segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e tem como atividade a disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Este contrato estabelece os termos e as condições que regulam a ONS na cobrança e liquidação dos encargos de uso de transmissão, sem a interferência da Companhia sobre a definição dos usuários e quanto cada um pagará pelo acesso das linhas de transmissão. A gerência e administração do contrato será de inteira responsabilidade do ONS, sem qualquer obrigação contratual direta da Companhia frente aos usuários que acessarão a linha de transmissão.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias descritas na nota explicativa 2.4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

a) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

b) Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidos no período apresentado.

d) Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

3.1. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

a) Risco de crédito

Salvo pelo contas a receber de concessionárias e permissionárias, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST"). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do Sistema Interligado de Nacional ("SIN") de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Indicadores	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
<u>Ativo</u>				
CDI/Selic	10,83%	15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e Equivalentes	28.189	4.228	5.285	6.342
<u>Passivo</u>				
IPCA	4,83%	5,50%	6,88%	8,25%
Debêntures	269.430	(14.819)	(18.523)	(22.228)
Despesa líquida das variações		(10.591)	(13.238)	(15.886)

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de janeiro de 2025.

d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros são compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo a custo amortizado:		
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.548	5.786
Caixa e equivalentes de caixa	1.725	8.926
Depósitos Judiciais	8.293	4.286
Aplicação Financeira - Conta Reserva Debentures	<u>26.464</u>	<u>25.499</u>
Total	<u>41.030</u>	<u>44.497</u>
Passivo a custo amortizado:		
Debêntures	269.430	268.638
Dividendos	1.512	3.896
Fornecedores	<u>3.107</u>	<u>3.799</u>
Total	<u>274.049</u>	<u>276.332</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Curto Prazo</u>		
Bancos conta movimento	3	3
Aplicação financeira automática (a)	<u>1.722</u>	<u>8.923</u>
Total	<u>1.725</u>	<u>8.926</u>
<u>Longo Prazo</u>		
Aplicação financeira - Conta reserva - Debêntures – LP (b)	<u>26.464</u>	<u>25.499</u>
Total	<u>26.464</u>	<u>25.499</u>

- a) As aplicações financeiras estão investidas em Certificado de Depósito Interbancário (“CDB”) de liquidez diária e são remunerados a taxas que variam em torno de 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- b) A aplicação financeira - Conta reserva - Debêntures se refere a investimentos em Fundo com lastro em Títulos Públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual da Debênture, onde a Companhia deve manter o equivalente à prestação semestral da dívida, incluindo principal e juros, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre a referida debênture na nota explicativa nº 10.

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Corrente a vencer		Corrente vencida			Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.029	114	105	31	98	4.549	5.786
Total	4.029	114	105	31	98	4.549	5.786

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não recebimento, como agente de transmissão, poderá acionar o mecanismo de constituição de garantia dos agentes junto ao ONS.

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A variação de R\$6.583 (R\$675 em 2024 e R\$7.258 em 2023) refere-se substancialmente à baixa do valor de R\$6.937 (R\$6.937 em 2023) de adiantamentos efetuados à Quebec Engenharia S.A. ("Quebec Engenharia"), empresa anteriormente encarregada da construção da linha de transmissão, cujo contrato de engenharia, compras e construção ("Contrato EPC") foi rescindido em 12 de julho de 2021. Após o acordo firmado entre as partes em 08 de fevereiro de 2024, foi concedida a quitação mútua, conforme nota explicativa 23.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia ajuizou a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária nº 1018661-81.2022.4.06.3800 perante a Justiça Federal do Estado de Minas Gerais, pleiteando o afastamento da incidência do percentual de 32% sobre as receitas decorrentes do contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Foi concedida tutela de urgência, determinando a aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% para fins de apuração do IRPJ e da CSLL, respectivamente, no regime de lucro presumido. Contudo, com a posterior suspensão dos efeitos da decisão, em 2023, a Companhia passou a realizar depósitos judiciais das diferenças de CSLL e IRPJ até a resolução definitiva da questão.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto como segue:

	Taxa de depreciação	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de 3.os	20%	128.705	(14.794)	113.911	120.033
Máquinas/Equipamentos	10%	324.680	(22.827)	301.853	314.813
Móveis e utensílios	10%	120	(18)	102	110
Veículos	20%	-	-	-	-
Equipamento de informática	20%	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento	-	3.728	-	3.728	-
Total		457.233	(37.639)	419.594	434.956

A movimentação é como segue:

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2024</u>
Benfeitorias em imóveis de 3.os	120.033	-	-	(6.122)	113.911
Máquinas/Equipamentos	314.813	-	(3.672)	(9.288)	301.853
Móveis e utensílios	110	-	-	(8)	102
Veículos	-	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento	-	56	3.672	-	3.728
Total	<u>434.956</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>(15.418)</u>	<u>419.594</u>

11. INTANGIVEL

O intangível é composto como segue:

	<u>2024</u>			<u>2023</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Servidões	6.505	(615)	5.890	6.145
Total	<u>6.505</u>	<u>(615)</u>	<u>5.890</u>	<u>6.145</u>

A movimentação foi como segue:

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>2024</u>
Servidões	6.145	-	-	(255)	5.890
Total	<u>6.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(255)</u>	<u>5.890</u>

A rubrica servidões representa o valor desembolsado pela companhia para obtenção da utilização de terrenos de terceiros. Os valores são amortizados pelo método linear a uma taxa anual de 3,7% calculada com base no prazo remanescente da concessão, após a entrada em operação comercial.

12. FORNECEDORES

O saldo de R\$3.107 (R\$3.799 em 31 de dezembro de 2023) se refere substancialmente a provisão para reposição florestal (R\$1.400) e ao saldo de provisão para pagamento de fornecedores referentes à construção da base de apoio na sede do Alto Palácio – Parque Nacional da Serra do Cipó no montante de R\$899. O saldo remanescente está pulverizado em fornecedores diversos.

13. DEBÊNTURES

A Composição foi como segue:

<u>Tipo</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Custo nominal</u>	<u>Data da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Debentures	210.000.000	IPCA + 5,3303%	fev/20	jul/44	269.430	268.638

13.1. A movimentação da 1ª Emissão de Debêntures é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos iniciais	268.638	267.277
Encargos	26.031	26.042
Amortização de principal	(11.570)	(11.079)
Pagamento de Juros	(13.979)	(14.076)
Custo de Captação (a)	310	474
Saldo Finais	<u>269.430</u>	<u>268.638</u>
Circulante	17.260	17.075
Não Circulante	<u>252.170</u>	<u>251.563</u>
Total	<u>269.430</u>	<u>268.638</u>

Refere-se a emissão de Debêntures no valor de R\$210 milhões efetuada em 27 de fevereiro de 2020, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, emitidas nos termos da Lei 12.431/2011 e que serão amortizados em 46 parcelas semestrais e consecutivas a partir de janeiro de 2022 e com vencimento final em 15 de julho de 2044. Sobre o empréstimo, incidem (i) a correção pelo IPCA e (ii) juros fixos de 5,33% ao ano.

A debênture originalmente era garantido por fiança bancária emitida pelo Banco BNP Paribas, posteriormente substituída por fiança emitida pelo Banco Santander. Tal obrigação foi excluída após AGD realizada em 30 de agosto de 2023, quando a liberação da fiança foi aprovada, em que pese não ter sido atingido o “completion” físico, cujos principais marcos são a obtenção do termo de liberação definitivo emitido pela ONS, ou TLD, e o recebimento da RAP por três meses consecutivos. Após o “completion” físico, a Companhia deve manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,2 vezes (um inteiro e vinte centésimos), mensurado pelo resultado da geração de caixa sobre o serviço da dívida, apurado com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas da Companhia.

Em 29 de setembro de 2023, a partir das deliberações descritas acima, a Pentágono S.A DTVM, agente fiduciário representante dos Debenturistas, e a SPE Linha Verde II celebraram o termo de exoneração da fiança.

Em 31 de dezembro de 2023, o ICSD apurado foi de 1,4x e a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

No exercício de 2024, o ICSD apurado é de 0,9x.

As Escrituras das Debêntures preveem que, em caso de não atingimento do ICSD pela Companhia, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, haverá o vencimento antecipado da dívida. Este contrato de debênture possui cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, no valor agregado ou individual, superior a R\$3.000, poderá implicar o vencimento antecipado. Esse é o segundo ano de não atingimento do índice de forma intercalada, o que não decreta o vencimento antecipado da dívida.

As garantias ao financiamento incluem o penhor de 100% das ações da Companhia, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 1 (uma) parcela semestral do serviço da dívida a ser constituída desde 15 de novembro de 2021.

13.2. Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas à dívida e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	17.260	6%
2026	14.532	5%
2027	17.986	7%
2028	20.191	7%
2029	23.801	67%
Após 2029	181.401	67%
Subtotal	257.911	96%
Custo de captação (não circulante)	(5.741)	-2%
Não circulante	252.170	94%
Total	269.430	100%

14. PARTES RELACIONADAS

	2024	2023
A receber (a)		
Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	239	-
Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	74	-
	313	-
A pagar: (a)		
Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	1.052	-
Dividendos: (b)		
Verene Energia S.A.	1.512	3.896

a) O saldo refere-se aos valores rateados em 2024, conforme contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

b) Dividendos mínimos obrigatórios conforme nota explicativa nº 14.

14.1. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$978 durante o exercício findo em 2024 (R\$1.025 em 2023), sendo salários e benefícios variáveis. Não existem planos de opções de ações como parte da remuneração dos diretores.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	47.342	47.342	40.634	40.634
Lucro presumido (i)	4.742	5.681	3.251	4.876
Receitas financeiras (ii)	3.618	3.618	3.141	3.141
Outras Receitas (iii)	435	435	7.114	7.114
Base de cálculo (i) + (ii) + (iii)	8.794	9.734	13.506	15.131
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente no resultado	2.175	876	3.352	1.362

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito é de R\$81.908 (R\$81.908 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social subscrito da Companhia em 2024:

Acionistas	Ordinárias 2024
Verene Energia S.A	96.679
Total	<u>96.679</u>

No exercício de 2024 foram declarados e provisionados, reserva legal (5% do Lucro Líquido) e os dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido), conforme previsto no estatuto da companhia. O saldo restante foi contabilizado na reserva de lucros conforme demonstrado a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício societário	6.367
(-) Reserva legal – 5%	(318)
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório – 25%	6.049
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	(1.512)
(-) Alocação para Reservas de Lucros	<u>(4.537)</u>

Em 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$10.000 com base nas seguintes fontes:

- (i) R\$3.896 dos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado de 2023.
- (ii) R\$6.104 da reserva de lucros.

17. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (societário)	6.367	16.405
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	96.679	256.393
Lucro por lote de mil ações	65,86	63,98

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	47.342	40.634
Outras receitas	-	2.716
Deduções:		
PIS/COFINS corrente	(1.728)	(1.483)
Encargos do consumidor (a)	(743)	(527)
Receita operacional líquida	<u>44.871</u>	<u>38.623</u>

a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(925)	(1.097)
Material	-	(1.737)
Serviços de terceiros	(4.466)	(3.689)
Custo das mercadorias vendidas	-	(2.716)
Arrendamento e aluguéis	(315)	(176)
Depreciação e amortização	(15.829)	(15.940)
Outros	(533)	(183)
	<u>(22.066)</u>	<u>(25.537)</u>

a) Valores incorridos adicionalmente aos valores previstos para a construção do projeto, os quais foram diretamente reconhecidos no resultado do exercício em 2023.

b) Maior variação devido aos custos de obras para construção da base de apoio na sede do Alto Palácio Parque Nacional da Serra do Cipó conforme nota explicativa nº 9.

Despesas gerais e administrativas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pró-Labore (Custo)	(596)	(572)
Pessoal	(1.438)	(741)
Serviços de terceiros	(2.696)	(869)
Arrendamento e aluguéis	(2)	-
Seguros	(375)	(388)
Outros (a)	<u>(7.255)</u>	<u>(262)</u>
	<u>(12.361)</u>	<u>(2.833)</u>

- c) Baixa do valor adiantado ao fornecedor Quebec Engenharia, conforme acordo firmado em 8 de fevereiro de 2024, conforme notas explicativas nº 7 e nº 23.

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em 2024, o saldo de R\$435 refere-se substancialmente à receita de R\$141 (R\$4.844 em 2023) compostas de valores cobrados do antigo acionista (Terna) relacionados às perdas causadas pela não obtenção dos TLDs no momento do closing, em novembro de 2022, conforme acordo de compra e venda de ações firmado entre CDPQ e Terna, mencionado na nota 1.1 contexto operacional e R\$294 de valores referentes à IRPJ e CSLL pagos a maior conforme apuração da ECF.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.975	2.910
Outras receitas financeiras	<u>643</u>	<u>231</u>
Total de receitas financeiras	<u>3.618</u>	<u>3.141</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(26.031)	(26.042)
Outras despesas financeiras	<u>(714)</u>	<u>(1.433)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(26.745)</u>	<u>(27.475)</u>
Resultado financeiro	<u>(23.127)</u>	<u>(24.334)</u>

22. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	<u>Vigência</u>	<u>Limite Máx. Indenizável</u>
Responsabilidade Civil (*)	20.12.2024 a 20.12.2025	50.000
Riscos Operacionais (*)	20.12.2024 a 20.12.2025	72.000
Directors and Officers (*)	28.07.2024 a 28.01.2026	50.000

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades. A Companhia possui cobertura de seguros para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto. Adicionalmente a Companhia possui cobertura de seguro de diretores e administradores - "Directors and Officers - D&O".

(*) Estas apólices cobrem as coligadas da Companhia.

23. PROVISÕES PARA RISCOS

Contingências de natureza fiscal

Existe um processo de contingência fiscal cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no valor de R\$6.101, para as quais não foi constituída provisão, referente ao processo nº 1018661-81.2022.4.06.3800.

Contingências de natureza cível

Existem contingências cíveis cuja probabilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, foi avaliada pela Administração como possível, com base na análise da gerência jurídica da Companhia e nas atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos. Para essas contingências, não foi constituída provisão, sendo os valores envolvidos os seguintes: R\$49, referente a 02 (dois) processos de ação de cobrança, e R\$68, referente a 03 (três) processos de servidão administrativa, todos classificados como possíveis. Além disso, também não foi constituída provisão no valor de R\$25, referente a um único processo anulatório, igualmente classificado como possível.

Arbitragem com a Quebec

Em 10 de abril de 2019, a Linha Verde II celebrou, com a Construtora Quebec, o Contrato de Engenharia, Suprimentos, Construção e Outras Avenças ("Contrato EPC"), ao qual se obrigou a executar, em bases de empreitada por preço global, todas as obras civis e serviços de construção necessários para o Projeto, incluindo o fornecimento de material e mão de obra.

Em 11 de outubro de 2019, o Contrato EPC foi objeto de emenda, a qual substituiu a Construtora Quebec pela Quebec Engenharia, apesar de ambas permanecerem responsáveis solidárias pelo cumprimento das obrigações assumidas contratualmente. A Construtora Quebec, em conjunto com a Quebec Engenharia, alegando a rescisão do Contrato EPC por não ter a Linha Verde II realizado o pagamento de algumas faturas e custos contratuais, apresentou, em 19 de agosto de 2021, requerimento de arbitragem para declarar a validade da rescisão contratual operada por culpa da Linha Verde II, motivo pelo qual está deverá arcar com a multa constante da Cláusula 14.2.1 do Contrato EPC e com as perdas e danos decorrentes da resolução contratual.

Em 2022, as Partes indicaram os co-árbitros e o Presidente do Tribunal Arbitral, o tribunal enviou a minuta do Termo de Referência já com a revisão e inclusão das partes, indeferiu o pedido de tutela de urgência apresentado pela Quebec na tentativa de suspender o processo de regulação de sinistro. Em 1º de julho de 2022, a Quebec apresentou pedido de reconsideração, posteriormente as Partes apresentaram as alegações iniciais, respostas às alegações iniciais, as réplicas às alegações iniciais e as trélicas.

Em 31 de janeiro de 2023, o Tribunal concedeu até 24 de fevereiro de 2023 para as partes se manifestarem acerca dos novos documentos mencionados nas trélicas e informar sobre as provas que desejam produzir. Em 31 de outubro de 2023, as partes informaram ao Tribunal Arbitral que estão em tratativas para possível composição e pediram a suspensão do procedimento até fevereiro de 2024. Em 7 de novembro de 2023, o Tribunal Arbitral suspendeu o procedimento arbitral até 6 de fevereiro de 2024.

Em 08 de fevereiro de 2024, as partes informaram ao Tribunal Arbitral que chegaram a um acordo para encerrar o procedimento e pediram a homologação do ajuste. Foi definida a responsabilidade pelas ações em curso movidas por terceiros; encerramento dos procedimentos de regulação de sinistro; concedida quitação entre as partes e definida a responsabilidade pelo pagamento de eventuais custas pendentes para o encerramento do procedimento arbitral. Todo o custo incorrido no procedimento arbitral será arcado pela Terna, antiga acionista da Linha Verde II, em razão das condicionantes previstas no contrato de SPA.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias e para fins regulatórios a Companhia seguiu a regulamentação regulatória determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE. A seguir, estamos apresentando as diferenças de práticas contábeis adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias e nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, bem como os detalhes da natureza e explicações dos ajustes entre elas:

Balço patrimonial societário e regulatório – ativo

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<u>Contas</u>							
<u>Ativos circulantes</u>							
Caixa e equivalentes de caixa		1.725	-	1.725	8.926	-	8.926
Adiantamentos a fornecedores		675	-	675	341	-	341
Concessionárias e Permissionárias		4.548	-	4.548	5.786	-	5.786
Tributos a compensar		755	-	755	578	-	578
Partes relacionadas		313	-	313	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		14	-	14	346	-	346
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	41.554	41.554	-	40.880	40.880
Outros créditos a receber		7	-	7	-	-	-
Total dos ativos circulantes		<u>8.037</u>	<u>41.554</u>	<u>49.591</u>	<u>15.976</u>	<u>40.880</u>	<u>56.857</u>
<u>Ativos não circulantes</u>							
Outros Ativos		-	-	-	6.937	-	6.937
Aplicação financeira –Conta reserva debênture		26.464	-	26.464	25.499	-	25.499
Depósitos e cauções		8.293	-	8.293	4.286	-	4.286
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	311.320	311.320	-	305.424	305.424
Intangível não vinculado à concessão		360	-	360	-	-	-
Imobilizado - transmissão	(iii)	419.594	(419.594)	-	434.956	(434.956)	-
Intangível	(iii)	5.891	(5.891)	-	6.145	(6.145)	-
Total ativos não circulantes		<u>460.602</u>	<u>(114.165)</u>	<u>346.437</u>	<u>477.823</u>	<u>(135.677)</u>	<u>342.146</u>
Total dos ativos		<u>468.639</u>	<u>(72.611)</u>	<u>396.028</u>	<u>493.800</u>	<u>(94.797)</u>	<u>399.003</u>

Balanco patrimonial societário e regulatório – passivo

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Contas							
Passivos circulantes							
Fornecedores		3.107	-	3.107	3.799	-	3.799
Debêntures		17.260	-	17.260	17.075	-	17.075
Obrigações tributárias e encargos		1.281	-	1.281	2.396	-	2.396
Encargos setoriais		377	-	377	219	-	219
Adiantamento de clientes		276	-	276	675	-	675
Obrigações trabalhistas		635	-	635	488	-	488
Dividendos		1.512	-	1.512	3.896	-	3.896
Partes relacionadas		1.052	-	1.052	-	-	-
Outros		47	-	47	-	-	-
Total dos passivos circulantes		25.547	-	25.547	28.547	-	28.547
Passivos não circulantes							
Debêntures		252.170	-	252.170	251.563	-	251.563
PIS e COFINS diferidos	(ii)	-	12.557	12.557	-	12.318	12.318
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(i)	-	11.173	11.173	-	10.745	10.745
Total dos passivos não circulantes		252.170	23.730	275.900	251.563	23.063	274.626
Reservas e outros							
Capital		81.908	-	81.908	81.908	-	81.908
Reserva legal		1.140	-	1.140	822	-	822
Reserva especial de dividendos		-	-	-	9	-	9
Reserva de lucros		11.690	(157)	11.533	13.091	-	13.091
Reserva de Proventos excedentes da contabilidade societária		96.184	(96.184)	-	117.860	(117.860)	-
Patrimônio líquido	(iv)	190.922	(96.341)	94.581	213.690	(117.860)	95.830
Total dos passivos e patrimônio líquido		468.639	(72.611)	396.028	493.800	(94.797)	399.003

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade		47.342	6.569	53.911	40.634	12.888	53.522
Disponibilização do sistema de transmissão		47.342	6.569	53.911	40.634	12.888	53.522
Tributos		(1.728)	(240)	(1.968)	(1.483)	(470)	(1.954)
PIS		(308)	(43)	(350)	(367)	19	(348)
COFINS		(1.420)	(197)	(1.617)	(1.116)	(489)	1.606)
Encargos		(743)	-	(743)	(527)	-	(527)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(279)	-	(279)	(109)	-	(109)	
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(463)	-	(463)	(418)	-	(418)
Receita líquida	(v)	44.871	6.330	51.201	38.623	12.418	51.041
Custos e despesas	(vi)	(34.003)	15.774	(18.229)	(20.810)	15.976	4.834)
Pessoal		(2.960)	-	(2.960)	(2.410)	-	2.410)
Material		-	-	-	(3.950)	(30)	3.979)
Serviços de terceiros		(7.191)	(55)	(7.246)	(4.558)	-	4.558)
Provisão para demandas judiciais		-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização		(15.829)	15.829	-	(15.940)	15.940	-
Seguros		(375)	-	(375)	(388)	-	(388)
Arrendamento e aluguéis		(315)	-	(315)	(176)	-	(176)
Tributos		(6)	-	(6)	(307)	-	(307)
Outras receitas (despesas) operacionais		454	-	454	7.057	-	7.057
Gastos diversos		(7.781)	-	(7.781)	(138)	65	(73)

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado da Atividade		10.869	22.104	32.972	17.814	28.393	46.207
Resultado Financeiro	(vii)	(23.127)	-	(23.127)	(24.334)	-	24.334)
Receitas financeiras		3.618	-	3.618	3.141	-	3.141
Despesas financeiras		(26.745)	-	(26.745)	(27.475)	-	27.475)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(12.259)	22.104	9.845	(6.520)	28.393	21.873
Despesa com impostos sobre o lucro		(3.051)	(428)	(3.479)	(4.714)	(754)	(5.468)
Imposto de renda e contribuição social		(3.051)	(428)	(3.479)	(4.714)	(754)	(5.468)
Prejuízo do exercício		(15.309)	21.675	6.366	(11.235)	27.639	16.405

A seguir, são detalhadas a natureza e as explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia adota nas suas demonstrações financeiras societárias, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, o CPC 47 - Receita de contratos com clientes, e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida é composta por uma parcela que remunera o ativo da concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, quando ocorrer a fase de operação.

As receitas de implementação da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que dita o CPC 47, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

As receitas de implementação da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que dita o CPC 47, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

Impostos e contribuições sociais diferidos

Os Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(ii) PIS e COFINS diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(iii) Imobilizado e intangível

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado /

intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- I. Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1).
- ii. Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido regulatório e societário (ICPC 01 (R1))

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Patrimônio líquido regulatório	190.922	213.690
Reserva de lucro	(157)	-
<u>Ativo financeiro da concessão, líquido de PIS e COFINS:</u>		
Do exercício	22.104	28.393
Acumulado do exercício anterior	(36.864)	(65.257)
<u>Despesas financeiras capitalizadas</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	(77.186)	(77.186)
<u>Apropriação de rendimento de aplicação</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	6.936	6.936
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos:</u>		
Do exercício	(428)	(754)
Acumulado do exercício anterior	(10.745)	(9.991)
Patrimônio líquido societário	<u>94.583</u>	<u>95.830</u>
	94.581	

(v) Receita Líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Despesas financeiras

Os juros sobre empréstimos, líquidos da receita de juros sobre aplicações financeiras, foram capitalizados até o término da construção das linhas, de acordo com o CPC 20 - Custos dos Empréstimos e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(vii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Conciliação do lucro societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	6.366	16.405
Receita bruta (CPC 47)	(6.569)	(12.888)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	240	470
Depreciação e amortização (CPC 47)	(15.829)	(15.940)
Custos operacionais (CPC 47)	55	(35)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	428	754
Lucro líquido do exercício regulatório	<u>(15.309)</u>	<u>(11.235)</u>
